



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG - BRASÍLIA/DF – 18/01/2012**  
**ATA 01/2012**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, às dez horas, no Edifício-sede do  
8 Ministério Público Militar, situado no Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, em Reunião Ordinária  
9 do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União,  
10 estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores: Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-  
11 Geral de Justiça do Acre; Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça Substituto,  
12 representando Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas; Márcio Augusto  
13 Alves, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Institucionais,  
14 representando Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das  
15 Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Eliani Alves Nobre, Vice-  
16 Procuradora Geral de Justiça, representando Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado,  
17 Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de  
18 Justiça do Distrito Federal e Territórios; Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do  
19 Espírito Santo; Rodolfo Pereira Lima Júnior, Procurador-Geral de Justiça em exercício,  
20 representando Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça de Goiás; Maria de Fátima  
21 Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de  
22 Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Francisco Neves Júnior, Procurador-Geral  
23 de Justiça em exercício, representando Paulo Alberto de Oliveira, Procurador-Geral de Justiça do  
24 Mato Grosso do Sul; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais;  
25 Marcos Ferreira das Neves, Subprocurador-Geral de Justiça para a área Jurídico/Institucional,  
26 representando Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo  
27 Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Olympio de Sá Sotto Maior Neto,  
28 Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-Geral de Justiça  
29 de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes,  
30 Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Presidente do CNPG; Manoel Onofre de Souza Neto,  
31 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de  
32 Justiça do Rio Grande do Sul; Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral de Justiça de Rondônia;  
33 Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Clenan Renaut de Melo Pereira,  
34 Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora-Geral  
35 da Justiça Militar e Maria Guiomar Sanches de Mendonça, Procuradora-Geral do Trabalho  
36 substituta, representando Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho. O Senhor  
37 Presidente, Doutor Cláudio Soares Lopes, iniciou a sessão, desejando um ano novo maravilhoso  
38 para todos os presentes e cumprimentando a Procuradora-Geral de Justiça anfitriã, Doutora  
39 Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora-Geral do Ministério Público Militar pela  
40 recepção proporcionada ao evento do CNPG. Saudou ainda a Doutora Eunice Carvalhido,



1 Procuradora-Geral do MPDFT e a Secretária Executiva, bem como a todos os membros do  
2 Colegiado. O Presidente ainda saudou os Conselheiros do CNMP presentes à Reunião e  
3 cumprimentou especialmente a recém-empossada Procuradora-Geral de Justiça do Estado do  
4 Acre, Doutora Patrícia de Amorim Rêgo, desejando-lhe boas vindas e afirmando a certeza de que a  
5 Doutora Patrícia irá se integrar perfeitamente ao Colegiado, e trará contribuições ao CNPG. Antes  
6 de adentrar à pauta, o Presidente franqueou a palavra à Doutora Eliani Alves Nobre, Vice-  
7 Procuradora Geral de Justiça do Ceará, a qual justificou a ausência do recém empossado  
8 Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, Doutor Ricardo Machado, em virtude da transição  
9 administrativa, ressaltando que ele certamente se fará presente nos próximos eventos do CNPG. O  
10 Presidente iniciou o item 1 da pauta (Acompanhamento Legislativo), e esclareceu que o Presidente  
11 da CONAMP, Doutor César Mattar, é sempre convidado para as reuniões, especificamente para  
12 relatar esse item, contudo, já apresentara suas escusas pelo não comparecimento na ocasião, em  
13 razão de um compromisso familiar inadiável. Doutor Cláudio mencionou o fato de não haver sido  
14 aumentado o subsídio, não obstante todo o esforço empregado neste sentido. Ressaltou que há  
15 mandados de injunção pendentes de julgamento, e que talvez este seja um meio de contornar a  
16 opção política de não concessão de aumento. Doutor Cláudio informou que, no final do ano,  
17 tentou o contato com Doutor Roberto Gurgel, mas ele já estava em gozo de férias. O Presidente  
18 também fez menção à PEC que exclui o MP das investigações criminais. Em seguida, passou a  
19 palavra ao Doutor Alceu José Torres Marques, PGJ/Estado de Minas Gerais, anunciando, também a  
20 presença do Doutor Leonardo marques, Assessor Parlamentar do MP/Estado do Rio de Janeiro. O  
21 Doutor Alceu Marques cumprimentou os presentes e esclareceu alguns assuntos. Segundo o  
22 Procurador-Geral, o assunto mais palpitante seria o do subsídio. Sugeriu que, na próxima sessão,  
23 pudesse ser apresentado um mapa com os projetos de interesses do MP no Parlamento. Doutor  
24 Fernando Zardini, PGJ/Estado do Espírito Santo, saudou o Presidente e a PGJ anfitriã, bem como os  
25 Conselheiros do CNMP e a todos os presentes. Manifestou o propósito de entrar em contato com o  
26 Doutor Leonardo Marques e com o Doutor Alceu Marques, para fazer uma alimentação periódica  
27 de informações aos Procuradores-Gerais. Enfatizou a importância da participação do Colegiado na  
28 questão dos depósitos judiciais. Relatou que foi feita uma mobilização bastante efetiva, permitindo  
29 a continuação do projeto na forma como houvera sido acordado com o Deputado Vieira da Cunha  
30 (MP/RS), mediante a retirada de assinaturas, para o que contribuiu o esforço dos Procuradores-  
31 Gerais e das demais instituições – a Defensoria Pública e as Procuradorias do Estado. Ressaltou  
32 que, mediante a colaboração com a Vice-Presidência da Câmara, logrou êxito na retirada de  
33 assinaturas de todos os parlamentares do Espírito Santo, que haviam assinado a redação contrária  
34 aos interesses do *Parquet*. Enfocou o projeto relativo à investigação, encampado pelos delegados  
35 de polícia, no sentido de retirar prerrogativas do Ministério Público, e revelou a preocupação, em  
36 face da força de representatividade que eles têm no Parlamento. Doutor Eduardo Veiga saudou os  
37 presentes e ressaltou o êxito da retirada de assinaturas, evitando a remessa do projeto dos  
38 depósitos judiciais para o Plenário da Câmara, com especial destaque para o PGJ/Estado do  
39 Espírito Santo, que conseguiu fazer com que todos os parlamentares do Espírito Santo que haviam  
40 aderido à nova redação desfavorável ao MP retirassem suas assinaturas. Em seguida, o Presidente  
41 do CNPG transmitiu a palavra para o Doutor Leonardo Marques, Assessor Parlamentar do MP/RJ,



1 integrante do Grupo de Acompanhamento Legislativo, o qual foi convidado a comparecer à Reunião  
2 para fazer alguns esclarecimentos e apresentar algumas perspectivas de ação no Parlamento, a  
3 serem deliberadas pelo Colegiado. Doutor Leonardo saudou a todos, e iniciou sua apresentação,  
4 listando os projetos mais latentes de interesse do Ministério Público, em tramitação na Câmara dos  
5 Deputados. O primeiro é a PEC 37/2011, cujo autor, Lourival Mendes, que é um delegado de Classe  
6 Especial, e conta com o apoio da bancada de policiais e dos evangélicos, esta última bastante  
7 expressiva. O relator desse projeto, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, de São Paulo, também o  
8 propôs o PL 7193/2010 (com o mesmo objetivo de retirar o poder investigatório do Ministério  
9 Público, ademais de propor a inamovibilidade dos delegados de polícia). Com esse trabalho  
10 articulado dos dois, já houve o parecer da PEC 37, e a sua aprovação na Comissão de Constituição e  
11 Justiça (CCJ). Esclareceu, outrossim, que há o propósito, através de outra PEC, de equiparação –  
12 PEC 102/2011 – que inclui os delegados e os defensores no quinto constitucional. Doutor Leonardo  
13 informou que o Deputado Jair Bolsonaro apresentou uma emenda, que retira a inamovibilidade e a  
14 exclusividade da Polícia. A estratégia inicial, portanto, seria apoiar essa emenda, embora o ideal  
15 fosse derrubar a PEC. Em relação ao PL 7193, conseguiu-se, mediante um esforço integrado junto  
16 com o Presidente da CONAMP, fazer um pedido de vista coletivo, o que retardou a apreciação do  
17 Projeto de Lei pela CCJ, mas que já poderá ser apreciado na primeira sessão da Comissão, em 2012.  
18 Doutor Leonardo encaminhou uma proposta à Presidência, no sentido de fazer um pedido aos PGJs  
19 para que apresentem os projetos de investigação exclusivos do MP, no âmbito de cada Unidade  
20 Ministerial, que foram bem-sucedidas, dois ou três casos por Estado, a fim de reunir todos eles e  
21 apresentar aos deputados indecisos. Quanto ao PL 7412 (projeto dos depósitos judiciais), ressaltou  
22 que a atual redação, que destina 10% para o MP, é fruto do esforço do CNPG. Informou que o  
23 projeto já foi aprovado, apresentada a sua redação final e segue agora para a Comissão de Assuntos  
24 Econômicos do Senado e depois para a CCJ daquela Casa. Quanto aos projetos de lei que tratam  
25 sobre subsídios, a atuação do CNPG, foi a de apoiar as iniciativas das associações e da COMAMP.  
26 Informou que na condição de representante do CNPG, esteve em reunião com o Deputado Henrique  
27 Alves, líder do PMDB, o qual relatou que não há espaço para a aprovação dos percentuais previstos  
28 nas propostas encaminhadas ao Executivo. Opinou que a luta é junto ao Executivo, e que as  
29 principais forças são o Procurador-Geral da República (PGR) e o Presidente do STF. Esclareceu que  
30 foi feito um esforço para tramitar em urgência o Projeto de reajuste dos juízes, sem passar pelas  
31 comissões, como forma de auxiliar na luta dos subsídios. O Presidente do CNPG retomou a palavra,  
32 agradecendo ao Doutor Leonardo Marques. Ressaltou que muito do êxito no caso dos depósitos  
33 judiciais deveu-se à articulação da Defensoria Pública, o que foi bom naquele momento, mas  
34 demonstrou, por outro lado, toda a defesa que se elevou em torno da Defensoria Pública e que pode,  
35 de alguma maneira, atingir os interesses do Ministério Público. Doutor Eduardo Veiga, PGJ/Estado  
36 do Rio Grande do Sul, solicitou o uso da palavra para registrar a desenvoltura do Doutor Leonardo  
37 Marques, notadamente em virtude de conhecer bastante o trâmite legislativo e no acesso a vários  
38 parlamentares. Em seguida, Doutor Manoel Onofre, PGJ/Estado do Rio Grande do Norte,  
39 cumprimentou a todos e externou sua preocupação quanto aos danos causados pelos relatores dos  
40 Projetos supramencionados, ressaltando a urgência de que os Procuradores-Gerais se articulem  
41 melhor e que seja dado um maior suporte ao Grupo de Acompanhamento Legislativo e ao Grupo de  
42 Acompanhamento junto aos Tribunais Superiores. Manifestou a necessidade de um trabalho mais  
43 articulado do MP, inclusive buscando o apoio de associações de defesa da sociedade civil, para

1 robustecer as alegações e pretensões Ministeriais. Doutor Cláudio esclareceu que, ao assumir a  
2 Presidência, e durante o processo de transição, havia dois projetos que estavam em tramitação mais  
3 célere, o dos depósitos judiciais e o dos subsídios. Quanto ao segundo, Doutor Cláudio Lopes  
4 ressaltou que a luta e a derrota foram coletivas, por ser uma questão política, uma decisão do  
5 Executivo de não conceder o aumento. Propôs, então, que haveria duas frentes para trabalhar: a  
6 primeira seria conversar com o PGR e a outra seria invocar formalmente o Supremo. Além disso, o  
7 Presidente do CNPG informou que está trabalhando, no Rio de Janeiro, para a publicação de um  
8 artigo no jornal O Globo, com o propósito de informar à população sobre os danos de propostas que  
9 visem a tolher as prerrogativas do Ministério Público. Doutor Manoel Onofre sugeriu que o artigo  
10 fosse divulgado para os demais PGJs, havendo a concordância do Presidente do CNPG em fazê-lo  
11 após a publicação naquele periódico. Em continuação, fez uso da palavra o Doutor Olympio de Sá  
12 Sotto Maior Netto, PGJ/Estado Paraná, o qual cumprimentou a todos e destacou a necessidade de  
13 haver reuniões formais regulares do Grupo de Acompanhamento Legislativo. Doutor Alceu  
14 Marques, PGJ/Estado de Minas Gerais e Presidente do Grupo, destacou que, embora não tenha  
15 havido reuniões formais nos últimos meses, tem existido sempre um canal de diálogo direto entre o  
16 Grupo e a Presidência. Doutor Olympio destacou a necessidade de se articular junto ao Ministério  
17 da Justiça, para viabilizar um canal de convencimento. Também, segundo o referido Procurador-  
18 Geral, há temas que interessam aos Governos estaduais, por exemplo, a equiparação dos delegados  
19 e defensores, de sorte que seria interessante integrá-los como umas das opções de força favorável.  
20 Opinou, ademais, que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), enquanto órgão  
21 defensor das prerrogativas institucionais, poderia manifestar-se formalmente sobre esses projetos de  
22 lei. Doutor Olympio abordou, ainda, a importância da manifestação das entidades de defesa da  
23 sociedade civil no apoio às prerrogativas do Ministério Público. Sugeriu à Presidência do CNPG  
24 que buscasse retomar a participação do PGR e, no caso de ele não poder comparecer, que pudesse  
25 enviar um representante. No tocante à questão dos subsídios, externou o entendimento de que ao  
26 Executivo cabe apenas consolidar as propostas orçamentárias, principalmente em face do comando  
27 constitucional de revisão anual dos subsídios, e ainda destacou a necessidade de estar atento ao  
28 projeto que modifica a regra de vitaliciedade. Em seguida, Doutor Cláudio passou a palavra ao  
29 Doutor Lio Marin, PGJ/Estado de Santa Catarina, o qual fez menção a um Congresso sul-brasileiro,  
30 orquestrado pela Associação catarinense, à época em que ele era Presidente da entidade de classe no  
31 Estado, momento em que foi obtido sucesso em convencer o Presidente do STF à época, Ministro  
32 Nelson Jobim, da necessidade de assegurar as prerrogativas do MP. Defendeu ainda a importância  
33 de esclarecer, junto aos demais órgãos, que não se quer disputar espaços, antes é necessário fazer  
34 um trabalho integrado, ressaltando que isso já ocorre em Santa Catarina. Saliou, ademais, a  
35 relevância de estar fisicamente em contato com os parlamentares, oferecendo o apoio técnico e  
36 jurídico, a fim de que eles estejam seguros para defender as propostas do MP. Destacou, inclusive,  
37 que isso poderia ter tirado muitos votos que contribuíram para a aprovação da PEC 37 na CCJ da  
38 Câmara dos Deputados. Opinou, ademais, que se deve buscar a garantia da participação  
39 orçamentária do Ministério Público como um dos instrumentos para garantir o reajustamento dos  
40 subsídios. Nesse pormenor, Doutor Cláudio ponderou que, em muitos casos, como no Rio de  
41 Janeiro, o problema não seria a disponibilidade financeira para a concessão do reajuste, e sim do  
42 teto estabelecido em nível federal, do qual depende a fixação dos subsídios na ordem estadual.  
43 Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, PGJ/Estado da Paraíba concordou com o argumento, de

1 que o problema realmente é a fixação desse teto. Em seguida, Doutor Eduardo Veiga concordou  
2 com Doutor Olympio acerca da importância do Ministério da Justiça, e ressaltou que a PEC 37  
3 deveria ser alcunhada como a PEC da Impunidade. Após, o Doutor Alceu defendeu a importância  
4 da articulação em nível nacional para o aspecto do reajuste, ressaltando que os Deputados Federais  
5 também estão recebendo subsídios. Em seguida, foi concedida a palavra à Doutora Cláudia Luz, a  
6 qual ressaltou ser uma tragédia a aprovação da PEC 37, e defendeu que não é oportuna a defesa da  
7 questão dos subsídios, devendo-se priorizar as prerrogativas institucionais. Doutor Francisco  
8 Chagas, PGJ/Estado do Amazonas, externou seus cumprimentos à PGJ anfitriã e aos demais  
9 presentes. Ressaltou que, em relação ao poder de investigação do Ministério Público, apresentou,  
10 em junho de 2011, proposta de discussão sobre o tema ao Colegiado, a fim de se editar  
11 Recomendação. Concordou com a alcunha de PEC da Impunidade, e ressaltou a relevância de uma  
12 campanha nacional, e que os Estados pudessem veicular artigos, com os Promotores envolvidos,  
13 realizar audiências públicas, dentre outras iniciativas. Externou sua preocupação de que, uma vez  
14 negada a reposição, o Procurador-Geral, enquanto gestor, vê-se pressionado pelos membros para  
15 conceder benefícios que supram a corrosão no poder de compra. Quanto à proposta relativa ao  
16 poder de investigação nas operações policiais, Doutor Oswaldo esclareceu que o GNCOC já  
17 produziu Nota Técnica relativa ao tema. Em seguida, foi concedida a palavra à Doutora Patrícia  
18 Rêgo, PGJ/Estado do Acre. A referida Procuradora-Geral cumprimentou a todos os presentes,  
19 agradecendo as palavras de congratulação pela posse no cargo de Procuradora-Geral. Ressaltou que  
20 é essencial que cada Procurador-Geral movimente-se junto às suas respectivas bancadas  
21 parlamentares. Defendeu, então, três frentes de trabalho: a opinião pública e a sociedade civil; as  
22 bancadas estaduais e os Governadores e a aproximação com o Executivo. Ressaltou, ademais, que o  
23 CNMP também é fundamental nesse processo. Na sequência, Doutor Cláudio passou a palavra ao  
24 Doutor Leonardo Marques, o qual informou que, dentre as estratégias a serem implementadas,  
25 estabeleceu contato com o Presidente da Associação Nacional dos Agentes da Polícia Federal.  
26 Esclareceu que os agentes são totalmente favoráveis à investigação pelo Ministério Público, e que  
27 este movimento também acontece na Polícia Civil. Ressaltou a importância do argumento  
28 defendido por Doutora Patrícia, quanto à importância da articulação de cada PGJ com sua bancada  
29 no Parlamento. Em seguida, Doutor Cláudio retomou a palavra, para fazer um apanhado das  
30 propostas e acolher a proposta de convite ao PGR, Doutor Roberto Gurgel, para participar das  
31 reuniões, bem como de procurar o contato com o Presidente do STF e o Ministro da Justiça. O  
32 Presidente do CNPG também se comprometeu em oficialar a cada um dos PGJs, a fim de coletar  
33 iniciativas dos MPs em casos bem-sucedidos de investigação. Acolheu também a aproximação com  
34 a sociedade civil e com a Associação Brasileira de Imprensa, bem como a necessidade de  
35 aproximação de cada Procurador-Geral com a sua bancada. Ademais, defendeu a adoção pelas  
36 Assessorias de Imprensa do tema da PEC 37. Em votação, foram aprovadas à unanimidade as  
37 propostas apresentadas. Dando continuidade aos trabalhos, conforme previsto no item 2 da pauta  
38 (Mesa de Diálogos com o CNMP), o Presidente concedeu a palavra à Doutora Esther Tavares,  
39 Conselheira do CNMP, a qual defendeu não ser o momento propício para discutir a questão dos  
40 subsídios. Por outro lado, concordou com o posicionamento de luta, por meio de comissões, tanto  
41 do CNPG quanto do CNMP, sendo a favor da divulgação do que está acontecendo, para que a  
42 sociedade tenha os devidos esclarecimentos, haja vista ser o MP o defensor da sociedade. Doutor  
43 Cláudio Lopes esclareceu que, no que concerne aos subsídios, a ideia é realmente de ouvir o PGR

1 sobre o assunto, não se cogita de uma manifestação pública sobre a matéria, já que não seria o  
2 momento propício. Em seguida, concedeu-se a palavra para a Conselheira Tais Ferraz, a qual  
3 cumprimentou a todos e ressaltou que o apelo que os delegados fazem diz respeito à independência  
4 na investigação, de maneira que não sejam removidos por fatores políticos. Segundo a Conselheira,  
5 embora não se possa aceitar a independência em face do dominus litis, mas é necessário assegurar a  
6 segurança da continuação do trabalho do delegado em determinada investigação. A Conselheira  
7 sugeriu a provocação de uma decisão plenária do STF, para que seja defendido plenamente o  
8 trabalho de investigação do Ministério Público, para que se fortaleça a posição do MP no  
9 Congresso. Salientou que vários cargos estratégicos do Ministério da Justiça são ocupados por  
10 Delegados da Polícia Federal, o que dificulta a pretensão do Parquet. Outrossim, a título de  
11 prestação de contas do trabalho desenvolvido junto à Estratégia Nacional de Segurança Pública  
12 (ENASP), especialmente em relação às investigações de homicídios. Esclareceu que a maior parte  
13 dos Estados tendem a alcançar a meta de conclusão dos inquéritos abertos em 2007 até abril de  
14 2012. Foi feita uma apresentação parcial no final do ano ao Ministério da Justiça, mas será  
15 apresentado um novo relatório com os dados dos Estados, a serem encaminhados pelos gestores de  
16 cada unidade federativa. Informou que haverá a ministração de cursos de aperfeiçoamento, voltados  
17 para a integração dos órgãos de investigação e persecução criminal. Por fim, na qualidade de  
18 Presidente da Comissão de Infância e Juventude, ressaltou a proximidade de trabalho com a  
19 Doutora Soraya, coordenadora de COPEID/GNDH e informou avanços na área do sistema  
20 socioeducativo (mediante inspeções) e também no campo do acolhimento familiar e comunitário.  
21 Noticiou que os adolescentes infratores que se evadem ou que cumprem integralmente a sua pena  
22 estão sendo assassinados. Nesse caso, fez uma sugestão de trabalho conjunto com o GNCOC, uma  
23 vez que a análise dos casos demonstra que os homicídios estão ligados à criminalidade organizada.  
24 Doutor Fernando Zardini informou que o MP/ES, em conjunto com o Tribunal de Justiça daquele  
25 Estado, está colaborando em projetos de metas, a exemplo de processos de júri, a serem julgados até  
26 o final de 2012. Em continuação, o Conselheiro Tito Amaral cumprimentou a todos, agradecendo o  
27 convite. Externou a sua satisfação em estar no CNMP, e salientou o momento de maturidade do  
28 aludido Conselho. Informou, ademais, no que tange ao Acompanhamento Legislativo, que o CNMP  
29 possui uma Comissão de Planejamento Estratégico, presidida por Doutora Cláudia Chagas e,  
30 conquanto o Acompanhamento não seja uma prioridade, tem sido atuante em pontos relevantes.  
31 Com relação à independência funcional dos delegados, para o Conselheiro, acatar isso implicará a  
32 impossibilidade de requisição pelo MP, pelo que, em virtude do que vem sendo pleiteado, defende o  
33 Doutor Tito que o pleito dos delegados, em verdade, é a inamovibilidade, e não independência  
34 funcional. Ainda segundo o Conselheiro, mesmo a inamovibilidade não pode ser admitida, haja  
35 vista a questão do poder de força. Para ele, a polícia seria uma força necessária, mas deve ter limites  
36 bem estreitos, para não correr o risco de falta de controle da arbitrariedade. Em seguida, o  
37 Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Fabiano Martins Silveira, dando-lhe boas-vindas.  
38 Após os cumprimentos, o Conselheiro Fabiano agradeceu aos membros do MP que prestaram apoio  
39 à sua candidatura. Ressaltou que o acirramento da disputa para preencher a vaga do Conselho  
40 destinada à indicação do Senado demonstrou a importância do CNMP e o crescimento e  
41 aperfeiçoamento do Ministério Público. Opinou que dificilmente qualquer projeto teria êxito em  
42 “tratorar” o Ministério Público, no assunto de investigação, mas que sempre seria necessária a  
43 pressão institucional junto às instâncias, especialmente, in casu, o Executivo. Por fim, destacou a

1 importância do tema da tramitação direta do inquérito policial entre a Polícia e o Ministério Público,  
2 no sentido de que neste caso a perspectiva passa a ser de maior solidariedade. A seguir, Doutor  
3 Cláudio passou a palavra para o Doutor Jarbas Soares. O Conselheiro cumprimentou os presentes,  
4 saudando especialmente a Doutora Patrícia, em sua estreia no Colegiado, e os demais Conselheiros  
5 do CNMP. Registrou que ele, o Doutor Tito e o Doutor Alessandro Tramujas farão visitas aos  
6 Estados, iniciando pelo Estado de Santa Catarina, para melhor conhecer as realidades locais.  
7 Ressaltou a necessidade de retomar a iniciativa do Conselho Gestor, o qual integrava, dentre outros,  
8 o CNPG, o CNMP, a CONAMP e a NPT, a fim de retomar os resultados favoráveis para o  
9 Ministério Público. Manifestou sua discordância em face da possibilidade de mudanças nas regras  
10 de vitaliciedade, já que isso permitiria ao Conselho demitir membros. Retomando a palavra, o  
11 Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros do CNMP, e declarou encerrados os trabalhos na  
12 parte da manhã. Após o intervalo, retomando-se os trabalhos, passou-se ao item 3 da pauta  
13 (Acompanhamento junto aos Tribunais Superiores), sob a relatoria da Doutora Eunice Carvalhido,  
14 PGJ/MPDFT. A Doutora Eunice agradeceu à Presidência pela oportunidade de representar o Doutor  
15 Cláudio na posse de Doutora Patrícia. Cumprimentou, ainda, os novos Procuradores-Gerais,  
16 Doutora Patrícia e Doutor Ricardo Machado. A primeira questão relatada foi o tema da intimação  
17 eletrônica, já praticamente resolvida no Supremo, somente faltando um ajuste técnico para efetivar  
18 o processo. No STJ, porém, conforme salientou a Procuradora-Geral relatora, estaria havendo  
19 algumas dificuldades. Por fim, em 17 de janeiro, o Presidente do STJ, em ofício endereçado à  
20 Presidência do CNPG, declarou que aquele Tribunal planeja instituir a intimação eletrônica em  
21 algum momento, sem previsão certa, mas abriu a possibilidade de incluir o nome dos membros do  
22 MP para a intimação no Diário de Justiça Eletrônico. O segundo ponto disse respeito à questão do  
23 foro na ação de improbidade administrativa. Neste pormenor, relatou que ainda pairam algumas  
24 questões pendentes de definição. Alertou para a existência de um RE no STF, já admitido, porém  
25 ainda não distribuído, e que há o perigo de várias ações de improbidade simplesmente serem  
26 extintas, caso se mantenha a decisão do STJ de ser esta Corte o foro competente para julgamento de  
27 prefeito. Ademais, noticiou o recente julgado do Ministro Teori Zavascki, em que o Ministro  
28 apresenta um conceito diferente do que é considerado como improbidade. Doutora Eunice ressaltou  
29 a necessidade de o Ministério Público se articular para o estabelecimento de estratégias de  
30 enfrentamento desse quadro. A Procuradora-Geral ainda agradeceu a iniciativa do Doutor Héverton,  
31 PGJ/Estado de Rondônia e da Presidência do CNPG, de garantir um espaço no portal do Conselho  
32 para o Grupo de Acompanhamento. Em seguida, apresentou sugestão ao Colegiado de convidar os  
33 Procuradores-Gerais para participarem das reuniões do Grupo de Acompanhamento. Doutora  
34 Eunice fez menção a alguns temas, delimitados na última reunião do Grupo, e que merecem atenção  
35 mais detida: tráfico privilegiado, artigo 16 da Lei Maria da Penha, embriaguez ao volante,  
36 honorários de perito, leitos hospitalares, pena abaixo do mínimo, dentre outros. Encaminhada a  
37 proposta de realizar workshops do Grupo, seguindo o calendário de reuniões do CNPG. Foi  
38 aprovada a proposta para a próxima reunião, em Alagoas. Em seguida, concedeu-se a palavra ao  
39 Doutor Manoel Onofre, PGJ/Estado do Rio Grande do Norte, o qual, em atendimento ao item 14 da  
40 pauta (O foro privilegiado nas ações de improbidade administrativa), trouxe à baila alguns casos de  
41 comprometimento da atuação do Ministério Público no tocante ao tema da improbidade. O  
42 Procurador-Geral fez um encaminhamento, no sentido de pautar a temática em cada estado, para  
43 depois firmar uma posição uniforme e fortalecida. Foi então aprovada a convocação extraordinária



1 do Grupo de Acompanhamento para se reunir com o Doutor Manoel Onofre e com o Grupo de  
2 Defesa do Patrimônio Público do GNCOC, com a finalidade de tratar da aludida matéria. Na  
3 ocasião, o Doutor Marcelo Ferra, PGJ/Estado de Mato Grosso, opinou no sentido de que o Supremo  
4 dará um efeito menos elástico à prerrogativa do foro privilegiado do que o fez o STJ e que convém  
5 focar os esforços no posicionamento do STF. Em continuação, passou-se ao item 4 da pauta (Plano  
6 Nacional de Comunicação), de relatoria do Presidente do CNPG. O primeiro ponto foi a mudança  
7 do site do CNPG, com a postagem de fotos e banners de alguns dos Grupos do CNPG. Em relação  
8 ao acervo documental do site anterior, Doutor Cláudio informou que tudo ficará disponível em um  
9 link no atual, sendo feito este trabalho pelo MP/RJ. O Presidente fez menção à Campanha Nacional  
10 Antidrogas, veiculada na Rede Record. Após, Doutor Cláudio passou à definição do tema a ser  
11 trabalhado pelas Assessorias de Imprensa dos Estados e propôs a questão da PEC da Impunidade.  
12 Foi aprovado o tema proposto. O Presidente comunicou que enviaria ofício aos PGJs, solicitando a  
13 estes a divulgação do novo site do CNPG. Em seguida, Doutor Cláudio passou ao item 5, relativo  
14 aos Temas para o Livro do Congresso Internacional do CNPG, informando que a ideia é abordar 30  
15 temas na obra. Salientou que não seria um livro de cunho meramente acadêmico, mas que refletisse  
16 idéias defendidas comumente pelos membros do Colegiado. Em meio à discussão sobre a melhor  
17 maneira de escolha dos temas, o representante do Estado do Pará, Doutor Marcos Neves,  
18 parabenizou a iniciativa do Livro. Foi deliberado pelo Colegiado que na próxima reunião serão  
19 escolhidos e atribuídos aos estados os temas que comporão o livro, abrindo-se prazo de 15 dias para  
20 a oferta de sugestões aditivas e/ou supressivas da lista inicial apresentada. Dando continuidade aos  
21 trabalhos, Doutor Cláudio comunicou ao Colegiado a transferência da sede do registro cartorário de  
22 Porto Alegre para o Rio de Janeiro (item 6 da pauta), inclusive para regularizar a situação do CNPG  
23 junto à Receita Federal. Em seguida, tratou-se do calendário de reuniões do CNPG (item 7), nos  
24 termos que já haviam sido deliberados na reunião anterior. Foi aprovado o Calendário. Doutor  
25 Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, PGJ/Estado da Paraíba, solicitou a apresentação do ponto 8  
26 (Grupos Especiais e forças-tarefa do MP) para a pauta da próxima reunião. Na seqüência, passou-se  
27 à apresentação do item 10 da pauta (Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MP/RN e a  
28 15ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal), sob a relatoria do Doutor Manoel  
29 Onofre. O aludido Procurador-Geral esclareceu que a iniciativa de estabelecer a cooperação com a  
30 Polícia Rodoviária Federal (PRF) não é exclusiva do Rio Grande do Norte, uma vez que diversos  
31 outros estados, a exemplo de Santa Catarina, já possuem experiência semelhante. Ressaltou que  
32 essa parceria é de grande relevância e tem fortalecido a atuação do MP/RN. Esclareceu que fora  
33 informado pela PRF da intenção do Órgão de estender a formalização dos Termos para os demais  
34 estados. Foi concedida a palavra ao inspetor Esdras Almeida de Paula Ribeiro, Chefe do Núcleo de  
35 Policiamento Especializado da PRF, o qual esteve acompanhado dos inspetores Wilmen Silva Vieira  
36 – 8ª Superintendência Regional de Santa Catarina e Marcelo Henrique Montenegro de Sá – Chefe  
37 da Seção de Policiamento e Fiscalização da 15ª Superintendência regional do Rio Grande do Norte.  
38 O inspetor De Paula apresentou a atuação da PRF como fator estratégico de integração nacional, em  
39 face da importância das rodovias, bem como um panorama geral do quadro e dos postos da PRF em  
40 todo o Brasil. Ademais, expôs os Resultados Operacionais e as Vantagens Estratégicas do Órgão.  
41 Em seguida, passou a palavra para o Inspetor Wilmen Silva Vieira, da Superintendência de Santa  
42 Catarina. O Senhor Wilmen informou que o Termo, no estado de Santa Catarina, foi firmado com o  
43 Ministério Público em 2004, e renovado em 2009. Relatou que atua em várias atividades, além do

1 trabalho em rodovias, do que decorrem os Termos Circunstanciados a serem lavrados pelo policial  
2 rodoviário no próprio local da ocorrência. Tal lavratura permite, inclusive, o agendamento das  
3 audiências, com a otimização dos trabalhos (celeridade no atendimento) e redução do sentimento de  
4 impunidade. O inspetor listou, ainda, no rol de vantagens da celebração do termo, uma maior  
5 aproximação entre a PRF, o MP e o Judiciário. Para a sociedade, além da redução da impunidade,  
6 há também a minoração do constrangimento de cidadãos e o atendimento continuado da ocorrência,  
7 sem repetições desnecessárias de narrativas. As vantagens para outras instituições, ainda segundo o  
8 apresentador, seria a maior disponibilidade da polícia judiciária para realizar investigações de vulto,  
9 uma vez que as infrações de menor potencial ofensivo seriam objeto da ação da PRF. A seguir, o  
10 inspetor listou os principais crimes, alvo da ação da Polícia Rodoviária, a saber: os crimes de  
11 trânsito, crimes contra o meio ambiente, consumo de drogas, todas as contravenções penais, o  
12 Estatuto da Criança e Adolescente, assim como os crimes de menor potencial ofensivo previstos no  
13 Código Penal. Ademais, fez menção à Operação “Ambiente Potiguar”, ocorrida no RN, voltada para  
14 os crimes ambientais. Da operação, resultaram 03 prisões em flagrante, 69 Termos  
15 Circunstanciados/Boletins de Ocorrência. Após, apresentou as Diretrizes de Implantação em todo o  
16 Brasil. Em uma primeira fase, haveria a ideia de capacitar o efetivo, mediante a elaboração de  
17 projeto de capacitação e de Operações Temáticas; o segundo momento seria o de Monitorar e  
18 Avaliar a Implantação nas Regionais, pela Divisão de Combate ao Crime, sediada em Brasília. O  
19 inspetor listou os Estados que já possuem Termos de Cooperação Efetivados: Santa Catarina –  
20 2004, Rio Grande do Norte – 2006, Espírito Santo – 2008 e Alagoas – 2007. O inspetor De Paula  
21 arrematou a apresentação, reiterando o objetivo de firmar as parcerias nos Estados. Doutor Cláudio  
22 agradeceu a presença dos convidados da PRF, parabenizando o Doutor Manoel Onofre. Com a  
23 palavra, Doutor Aguinaldo Fenelon de Barros, PGJ/Estado de Pernambuco elogiou a iniciativa do  
24 PGJ/Estado do Rio Grande do Norte, ressaltando que não é bom que as instituições trabalhem  
25 isoladamente. Para o PGJ, esse é o caminho para o combate à criminalidade no País, e é necessário  
26 que haja a interação na integração. Por fim, parabenizou também os representantes da PRF, pela  
27 interação realizada. Em continuação, Doutor Marcos Neves, representante do Pará, saudou a  
28 iniciativa e externou a sua preocupação quanto à resistência natural da Polícia Civil quanto à  
29 possibilidade de outras autoridades firmarem o Termo Circunstanciado. Sugeriu que o projeto  
30 desenvolvido no MP/RN fosse incluído no rol das Boas Práticas do Colegiado e parabenizou o  
31 Doutor Manoel Onofre e o Doutor Lio Marin. Em seguida, o Doutor Lio Marin, PGJ/Estado de  
32 Santa Catarina, fez um breve relato da motivação para celebração do Termo no estado catarinense.  
33 Relatou que, inicialmente, a iniciativa era restrita à polícia ambiental, todavia, ao se estender às  
34 demais áreas de atuação, houve uma controvérsia, o que motivou a edição de um decreto do  
35 Governo do Estado, permitindo também à Polícia Militar firmar o TCO. Salientou que um problema  
36 atual é relativo à identificação do que seja crime de menor potencial ofensivo, já que esse é o  
37 requisito para a margem de atuação contemplada no Termo de Cooperação Técnica. Doutor Manoel  
38 Onofre relatou que no Rio Grande do Norte há uma grande aceitação pela sociedade. Doutor Lio  
39 esclareceu que em Santa Catarina a sociedade também festejou, a resistência viria dos quadros da  
40 Polícia Civil. Em continuação, passou-se ao item 9 (A “questão previdenciária” - cenário, grupos de  
41 Previdência Complementar), sob a relatoria do Doutor Eduardo Veiga, PGJ/Estado do Rio Grande  
42 do Sul. O PGJ noticiou que, em São Paulo, foi aprovada uma lei de previdência privada.  
43 Encaminhou a proposta de se formar uma comissão para estudo da referida lei, presidida pelo



1 Doutor Fernando Grella, PGJ/Estado de São Paulo, uma vez que a legislação paulista certamente irá  
2 nortear os demais estados. Foi aprovada a proposta, a qual seria comunicada na sessão do dia  
3 seguinte ao Doutor Grella. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao item 12 da pauta (II  
4 Diagnóstico do Ministério Público), sob a relatoria do Doutor Manoel Onofre, considerando que o  
5 item 11 (O poder de investigação do MP e a PEC 37/2011), também de sua relatoria, já fora  
6 abordado no momento da intervenção de Doutora Eunice Carvalhido. O PGJ/Estado do Rio Grande  
7 do Norte apresentou a sugestão de apresentar o Diagnóstico no Congresso Internacional do CNPG.  
8 Solicitou auxílio dos Procuradores-Gerais para a conferência dos dados. Informou que foi marcada  
9 uma nova reunião para o mês de fevereiro, com vistas a recuperar as informações mínimas  
10 necessárias à apresentação do trabalho, haja vista a ocorrência de erros no levantamento realizado  
11 pela empresa contratada pelo Ministério da Justiça. O Presidente retomou a palavra para esclarecer  
12 que o ponto 14 da pauta (O foro privilegiado nas ações de improbidade administrativa) já havia sido  
13 abordado pelo relator na parte da manhã, e franqueou a palavra ao Doutor Manoel Onofre para  
14 tratar do ponto 13 (Operação “Ficha Limpa Estadual – MPRN”). O referido Procurador-Geral  
15 esclareceu que a iniciativa já existe em dois ou três estados, a exemplo de Tocantins e do Rio de  
16 Janeiro, e se trata de uma adequação da Lei Ficha Limpa dos agentes políticos para os cargos  
17 comissionados do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. Encaminhou a  
18 proposta de levar ao conhecimento da Comissão de Defesa do Patrimônio do GNCOG, no sentido  
19 de articular uma atuação em nível nacional. Foi aprovada a proposta à unanimidade. Por fim,  
20 Doutor Manoel Onofre propôs, com base em artigo publicado pelo Promotor Wendel Beethoven, a  
21 discussão, por meio de relatoria de algum membro do Colegiado, referente à possibilidade da  
22 participação de Promotor em órgão superior colegiado do MP. A relatoria coube ao Doutor  
23 Oswaldo, PGJ/Estado da Paraíba. Em seguida, Doutor Cláudio passou aos Informes da Presidência.  
24 Inicialmente, foram aprovadas as atas anteriores. Após, foi solicitada a atualização dos nomes das  
25 pessoas indicadas para integrarem os grupos do CNPG. O Presidente anunciou a indicação do  
26 Doutor Emerson Garcia como Assessor Jurídico da Presidência do CNPG. Foi aprovada a  
27 indicação. Em seguida, o Presidente fez menção a um relatório feito pela Doutora Ivana Cei,  
28 PGJ/Estado do Amapá, dando ciência de que o movimento “Marcha para Maconha” no estado do  
29 Amapá não teve qualquer repercussão. Em continuação, o Presidente submeteu à apreciação do  
30 Colegiado os Enunciados encaminhados pela Comissão de Defesa da Saúde, aprovados pelo  
31 GNDH, a serem ratificados pelo CNPG. O PGJ/Estado de Santa Catarina propôs alterar o vocábulo  
32 “deve”, nos item 3 e 8, por “é recomendável” e, ainda, a alteração, no item 3, de atender também à  
33 relação de medicamentos, pelos Estados e Municípios. O Doutor Rodolfo Pereira Lima Júnior, PGJ  
34 em exercício/Estado de Goiás, solicitou a palavra para informar que, participa da Comissão de  
35 Reforma do Código Penal do Senado, presidida pelo Ministro Gilson Dipp, um representante do  
36 Estado de Goiás, Doutor Marcelo André de Azevedo, que cuida da Parte Geral, o qual estaria à  
37 disposição do Colegiado para sugestões e quaisquer outras demandas. Nada mais havendo a tratar, o  
38 Presidente do CNPG declarou encerrada a reunião, sendo por mim, Maria Helena Nunes Lyra,  
39 Secretária Executiva, lavrada a presente ata.  
40  
41  
42 Claudio Soares Lopes  
43 Presidente do CNPG



- 1
- 2
- 3
- 4 Maria Helena Nunes Lyra
- 5 Secretária Executiva do CNPG